



Câmara Municipal de Lisboa

Centro Qualifica

Formação - inscrição

Identificação do/a candidato/a

Nome completo _____
Data de nascimento _____ Sexo _____ Naturalidade _____
Nacionalidade _____ Habilitações literárias _____
Documento de identificação _____ N.º _____ Validade _____ NIF _____
Morada _____ Código Postal _____ -
Telefone _____ Telemóvel _____ E-mail _____
Profissão _____

Identificação da situação profissional do/a candidato/a (se aplicável)

Entidade _____
Morada _____ Código Postal _____ -
Localidade _____ Telefone _____
Condição atual Desempregado/a Trabalhador/a por conta de outrem Trabalhador/a por conta própria Estudante

Identificação do/a Encarregado/a de Educação (preencher caso o/a candidato/a seja menor)

Nome completo _____
Data de nascimento _____ Sexo _____ Naturalidade _____
Nacionalidade _____ Habilitações literárias _____
Documento de identificação _____ N.º _____ Validade _____ NIF _____
Morada _____ Código Postal _____ -
Telefone _____ Telemóvel _____ E-mail _____

Os dados recolhidos são os estritamente necessários para a instrução do pedido, e serão tratados em observância do Regulamento Geral de Proteção de Dados. Pode consultar a **informação sobre proteção de dados pessoais** em anexo.

Assinatura do/a candidato/a

Data _____

Nota:

Anexar cópia do certificado de habilitações





INFORMAÇÃO SOBRE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

O Município de Lisboa respeita integralmente as regras relativas à proteção de dados pessoais, usando os dados recolhidos exclusivamente para as finalidades abaixo descritas e pelo período indispensável para o efeito e tomando todas as precauções relativas à segurança dos dados recolhidos, nomeadamente, limitando os acessos apenas a pessoas devidamente autorizadas.

O Município de Lisboa necessita de recolher dados pessoais dos/as candidatos/as para proceder à instrução do pedido de inscrição no seu Centro Qualifica e subsequente gestão do processo de Reconhecimento, Validação e Reconhecimento de Competências.

O tratamento desses dados é realizado ao abrigo das obrigações legais do Município de Lisboa enquanto entidade formadora certificada, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 173/2007, de 7 de novembro, que aprova a Reforma da Formação Profissional e no Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro que estabelece o Sistema Nacional de Qualificações e da Portaria n.º 851/2010, de 6 de setembro, alterada e republicada pela Portaria n.º 208/2013, 26 de junho, que regula o sistema de certificação inserida na política de qualidade dos serviços das entidades formadoras, gerido pela Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT), bem como da Portaria n.º 474/2010 de 8 de julho, que estabelece o modelo de certificado de formação profissional que, no âmbito do Sistema Nacional de Qualificações, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro, se destina a certificar a conclusão com aproveitamento de uma ação de formação certificada não inserida no Catálogo Nacional de Qualificações.

Assim, nos termos do *Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados* (RGPD), aprovado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, informa-se ainda o seguinte:

- a) O Município de Lisboa é a entidade responsável pelo tratamento de dados, como definido no RGPD. As comunicações para o exercício dos direitos atribuídos pela legislação relativa à proteção de dados pessoais devem ser dirigidas à Direção Municipal de Recursos Humanos, situada no Campo Grande, 25, 13 E, 1749-099 Lisboa, contactável pelo telefone (+351) 217 988 205 e e-mail dmrh@cm-lisboa.pt.
- b) Os dados recolhidos neste formulário, dos/as candidatos/as e respetivos/as Encarregados/das de Educação são: nome, data de nascimento, sexo, naturalidade, nacionalidade, habilitações literárias, n.º e validade do documento de identificação civil, n.º de identificação fiscal, morada, n.º de telefone/telemóvel. À/Ao candidata/o é ainda solicitada a indicação dos seguintes dados: profissão, nome, morada, condição profissional e telefone da entidade empregadora. Caso o/a candidato/a seja trabalhador/a do Município de Lisboa procede-se ainda ao tratamento de dados relativos à categoria profissional, tipo de vínculo e data de admissão na CML, recuperados por pesquisa em bases de dados geridas pelo Município.
- c) Os dados referidos são acedidos pelo Município de Lisboa e registados, através de acesso reservado a entidades formadoras, no Sistema Integrado de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa (SIGO), gerido pela Direção Geral de Estatísticas da Educação (DGEEC) e a ANQEP. I.P. (Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P.), para cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 14/2017, de 26 de janeiro e da Portaria n.º 474/2010, de 8 de julho.
- d) Os dados recolhidos são conservados pelo prazo de 5 anos, a contar desde o momento da sua recolha, findo o qual são apagados/destruídos, sem prejuízo de conservação por prazo diferente em caso de litígio ou por imposição legal.
- e) O fornecimento dos dados é obrigatório pelo que a sua não disponibilização inviabilizará a inscrição no Centro Qualifica. Os dados recolhidos não são usados pelo Município de Lisboa para decisões automatizadas, nomeadamente não são tratados para a definição de perfis.
- f) O/A titular, relativamente aos dados pessoais que lhe digam respeito, tem os seguintes direitos:
 - i. A exercer perante o Município de Lisboa: direito de informação; direito de acesso; direito de retificação dos dados inexatos; direito ao apagamento; direito à limitação do tratamento; direito de portabilidade dos dados; direito de oposição ao tratamento; direito a não ficar sujeito a decisões exclusivamente automatizadas, incluindo a definição de perfis; nas situações de consentimento, direito de retirar consentimento em qualquer altura, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado.
 - ii. A exercer perante o Encarregado de Proteção de Dados (através do e-mail dpo@cm-lisboa.pt ou por carta para Campo Grande, 25, Bloco E, 2º Piso, 1749-099 Lisboa): direito de apresentar exposições.
 - iii. A exercer perante a autoridade de controlo (nomeadamente, Comissão Nacional de Proteção de Dados): direito de apresentar reclamação.
 - iv. A exercer perante as instâncias jurisdicionais competentes: direito a ação judicial e a indemnização no caso de violação dos seus direitos.

Tomei conhecimento da informação sobre proteção de dados pessoais.

Assinatura do/a candidato/a ou do/a encarregado/a de educação